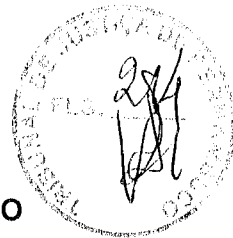




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 186.077-1

COMARCA: RECIFE

APELAÇÃO CRIMINAL

124

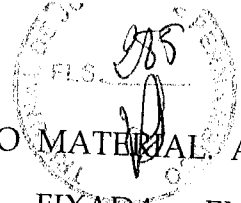
APELANTE: CLÉBER GOMES BEZERRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. RESIGNAÇÃO QUANTO À DECISÃO DE MÉRITO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS POR ROBUSTO ACERVO PROBATÓRIO. RÉU CONFESSOU O CRIME A ELE ATRIBUÍDO. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAMENTE VALORADAS PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. AFASTAMENTO DA PENA-BASE DO MÍNIMO LEGAL PLENAMENTE JUSTIFICADO. A PRIMARIEDADE E OS BONS ANTECEDENTES NÃO CONFEREM, POR SI SÓS, DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO À FIXAÇÃO DA PENA-BASE EM SEU GRAU MÍNIMO. CÁLCULO DA PENA ATRIBUÍDA AO RÉU EFETUADO COM ESTRITA OBSERVÂNCIA AO ART. 68 DO CÓDIGO



PENAL. CONSTATAÇÃO DE ERRO MATERIAL. A
REDUÇÃO DA REPRIMENDA FIXADA EM
DESFAVOR DO APELANTE SE DEU PELA
INCIDÊNCIA DA ATENUANTE DA CONFISSÃO
ESPONTÂNEA, GIZADA NO ART. 65, III, "D", DO
CÓDIGO PENAL, E NÃO AQUELA INSCULPIDA NA
ALÍNEA "A" DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL.
RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À
UNANIMIDADE DE VOTOS.

125

1. O robusto acervo de provas, materiais e deponenciais, não deixam dúvidas quanto à materialidade e a autoria do crime imputado ao réu.
2. A valoração negativa da maioria das circunstâncias judiciais se constituiu no fundamento para que a pena-base se afastasse do mínimo legal. Como é cediço, a primariedade e os bons antecedentes não conferem, por si sós, direito público subjetivo à fixação da pena-base em seu patamar mínimo.
3. A redução da reprimenda atribuída ao réu se deu pela incidência da atenuante genérica da confissão prevista no art. 65, III, "d", do Diploma Punitivo, e não pela atenuante gizada na alínea "a" do citado diploma legal, como observado na sentença hostilizada, razão pela qual deve o erro material ser corrigido de ofício.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 186.077-1 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de

votos, em negar provimento ao recurso de apelação a fim de manter a sentença recorrida em todos os seus termos, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 16 de dezembro de 2009.



126

Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

127

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 186.077-1

COMARCA: RECIFE

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: CLÉBER GOMES BEZERRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

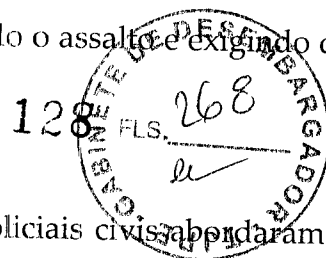


RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a sentença de fls. 225/231, prolatada pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital, nos autos da ação penal nº 001.2006.042846-6, a qual julgou procedente a pretensão punitiva do Estado com o fim de condenar o réu **CLÉBER GOMES BEZERRA** e **SÉRGIO ROBERTO TAVARES LOUREIRO JÚNIOR** nas sanções do art. 157, § 2º, I e II, e art. 65, III, "d", c/c art. 29, todos do Código Penal, pelo que o primeiro foi condenado a uma pena de 10 (dez) anos e 9 (nove) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, enquanto que a reprimenda fixada em relação ao segundo alcançou 9 (nove) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa.

Narra a exordial acusatória que, no dia 28/outubro/2006, por volta das 20:20 horas, em uma parada de ônibus próximo à SUDENE, no bairro da Várzea, nesta cidade do Recife, os réus **CLÉBER GOMES BEZERRA** e **SÉRGIO ROBERTO TAVARES LOUREIRO JÚNIOR**, na companhia de um terceiro elemento não

identificado, abordaram a Sra. Maria da Paz do Nascimento, ocasião em que, mediante grave ameaça, com uso de uma faca peixeira, subtraíram para si a bolsa tiracolo da vítima, contendo documentos pessoais e a quantia de R\$ 40,00 (quarenta reais). Descreve a denúncia que a vítima estava em uma parada de ônibus quando os acusados chegaram e encostaram uma faca em seu abdômen anunciando o assalto e exigindo que a vítima entregasse a sua bolsa, a qual obedeceu sem reação.



Instantes após o roubo, diz a peça arial, policiais civis prenderam os acusados e efetuaram a prisão em flagrante delito. No prazo de conclusão do inquérito a autoridade policial logrou êxito em identificar o terceiro elemento participante do delito como sendo Wellington César Araújo Teixeira, menor de idade.

Por tal conduta, **CLÉBER GOMES BEZERRA** e **SÉRGIO ROBERTO TAVARES LOUREIRO JÚNIOR** foram denunciados como incursos nas penas do art. 157, § 2º, incisos I e II, e art. 29 do Código Penal.

Inconformado com os termos da sentença, o réu **CLÉBER GOMES BEZERRA**, por intermédio de defensor particular, ofereceu recurso de apelação, cujas razões se encontram inseridas às fls. 241/244. A defesa alega inicialmente que a pena fixada em desfavor do apelante se mostra exacerbada diante das peculiaridades do caso concreto, tendo em vista que o recorrente é primário, possui bons antecedentes, é trabalhador e tem boa conduta social, e ainda por cima contraiu tuberculose, militando, ainda, em seu favor a atenuante da confissão espontânea, razão pela qual não existem fundamentos capazes de sustentar a pena nos patamares esposados na sentença. Aduz que a sentença recorrida laborou em equívoco ao majorar a pena-base pela metade, em função da incidência das qualificadoras, ao considerar a preponderância destas sobre a atenuante da confissão espontânea, razão pela qual argumenta que deve haver a compensação das ditas circunstâncias, com a incidência da atenuante da confissão, a qual foi desprezada na decisão em testilha. Requer, portanto, a diminuição do *quantum* da pena para 4 (quatro) anos de reclusão, com a conseqüente modificação do regime

inicial do cumprimento da pena para o semi-aberto, bem como a compensação entre as causas especiais de aumento de pena (qualificadoras) e a atenuante da confissão espontânea.

129

O réu **SÉRGIO ROBERTO TAVARES LOUREIRO JÚNIOR**, apesar de possuir defensora particular, legalmente habilitada, não se indisciplinou contra o decreto condenatório.

A Promotoria da 6ª Vara Criminal da Capital ofereceu contra-razões às fls. 250/251, pugnando pela manutenção da sentença recorrida em todos os seus termos.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou, por intermédio do parecer de fls. 263/265, opinando que seja negado provimento ao recurso.

É O RELATÓRIO. À DOUTA REVISÃO.

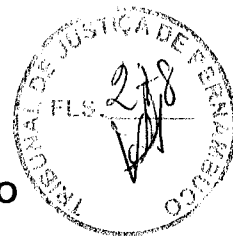


Recife, 26 de outubro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

130

PROCESSO Nº 186.077-1

COMARCA: RECIFE

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: CLÉBER GOMES BEZERRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

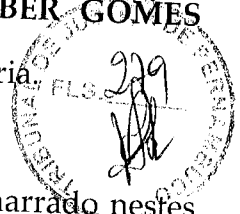
Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de apelo interposto pelo réu **CLÉBER GOMES BEZERRA** contra a sentença que o condenou a uma pena de 10 (dez) anos e 9 (nove) meses de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, pela prática do crime de roubo qualificado pelo emprego de arma e pelo concurso de duas ou mais pessoas.

A materialidade está consubstanciada nas peças do Auto de Prisão em Flagrante Delito, especialmente no Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 20.

Não há dúvida em relação à autoria, pois as provas materiais e deponenciais, especialmente o depoimento da vítima, apontam **CLÉBER GOMES BEZERRA** como sendo um dos autores do crime descrito na peça acusatória.

131



A Sra. Maria da Paz do Nascimento, vítima do roubo narrado nestes autos, descreveu em juízo como se deu a empreitada criminosa (fls. 159/159 verso292):

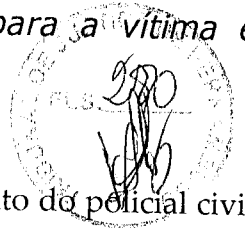
"Que os fatos ocorreram como descrito na denúncia e a declarante os reconheceu na sala de audiência como os autores da prática do roubo; que havia saído do seu trabalho e quando estava no ponto de ônibus no horário citado na peça vestibular o acusado Cléber apanhou uma faca que estava escondida em uma cerca dentro de umas plantas e foi em direção a declarante, e apontando para o seu estômago anunciou o assalto e exigia a bolsa ao mesmo em que perguntava se no seu interior continha dinheiro; que a interrogando ficou com muito medo e ao mesmo tempo em que pedia ao Cléber para não lhe matar; que o Cléber se mostrava violento e ameaçador, deixando transparecer que havia utilizado droga; que o acusado Sérgio nem sequer abriu a boca, ficou apenas em pé assistindo; que após tomar a sua bolsa os dois elementos saíram correndo; que foi na delegacia e fez reconhecimento dos acusados; que além dos acusados existia um terceiro elemento um menor, o que transparecia possuir aproximadamente 13 anos de idade (...)"

O próprio apelante reconheceu, por ocasião da audiência de interrogatório, a autoria do crime a ele imputado (fls. 83/83 verso):

"Que no dia do fato descrito na denúncia, o interrogando se encontrou com outro comparsa Sérgio Roberto, mais um menor e uma mulher estavam nas proximidades do beco na Praça do Caxito, quando o Sérgio lhe convidou para levantar dinheiro; que Sérgio deu uma voltinha e como não conseguiu nada, voltou com uma faca, ficando todos conversando na intenção de esperar uma vítima para o assalto; com o surgimento de uma mulher. Sérgio não teve coragem de fazer o assalto, passando a faca para o

interrogando que, com muita coragem, apontou a faca para a vítima e roubou sua bolsa".

132



O acervo probatório foi sedimentado pelo depoimento do policial civil Luiz de Souza Barbosa que declarou, em juízo, haver flagrado o réu, juntamente com três elementos, desfazendo-se de alguns objetos em atitude suspeita, razão pela qual resolveu aborda-los, ocasião em que encontrou nas proximidades do grupo a faca e a bolsa da vítima (fls. 158/158 verso).

Ademais, tenha-se presente que a defesa do apelante, em sua peça recursal, não se insurgiu expressamente contra o mérito da sentença hostilizada, uma vez que só dirigiu o seu descontentamento em relação à dosimetria da pena ao réu aplicada.

Sem preliminares, passemos ao exame das alegações do apelante. A defesa afirma que o recorrente é réu primário, possui bons antecedentes, é trabalhador, possui boa conduta social e contraiu tuberculose na unidade prisional. Por tais razões, argumenta que a pena-base se afastou demasiadamente do mínimo legal sem a devida fundamentação, uma vez que os atributos pessoais favoráveis do recorrente justificariam a fixação da pena próximo ao mínimo legal. Requer que a pena do apelante seja fixada em 4 (quatro) anos de reclusão e que, conseqüentemente, seja modificado o regime inicial de cumprimento da reprimenda para o semi-aberto, em consonância com o art. 33, § 2º, "c" do Código Penal.

Vejamos como se deu o exame das circunstâncias judiciais relativas ao apelante levado a efeito pelo magistrado sentenciante (fls. 226/227):

"Culpabilidade efetivamente comprovada. Os acusados agiram com dolo intenso. Não registram antecedentes criminais. Denotam personalidade e índoles para a prática de crimes, sobretudo contra o patrimônio. Os motivos e as

circunstâncias do crime lhe são de todo desfavoráveis. As circunstâncias extra-penais não foram graves. A vítima não contribuiu nem colaborou pra a prática do crime".

133

A defesa ataca a dosimetria da pena atribuída ao apelante, sustentando que a pena-base foi fixada em um patamar muito alto quando deveria se aproximar do mínimo legal em face do paciente ser primário e ter bons antecedentes. Ocorre que os antecedentes do agente se constituem em apenas uma das oito circunstâncias judiciais elencadas no art. 59 do Diploma Punitivo.

A valoração negativa das demais circunstâncias judiciais, como é cediço, autoriza o afastamento da pena-base do mínimo legal, mesmo quando o réu é primário e apresenta bons antecedentes. Precedentes do Pretório Excelso:

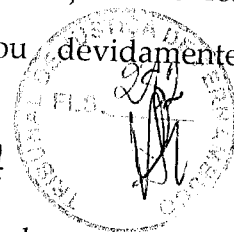
STF: *"A primariedade e os bons antecedentes do réu não conferem, por si sós, direito público subjetivo à fixação da pena em seu grau mínimo, podendo o magistrado, desde que o faça em ato decisório plenamente motivado – e atendendo ao conjunto de circunstâncias referidas no art. 59 do CP – definir a pena-base em limites superiores ao mínimo legal. Precedentes RTJ 138/190 – RTJ 141/877 – RTJ 142/582" (RT 734/620 e JSTF 213/345).*

Na hipótese dos autos, não se justificaria a fixação da pena-base no mínimo legal, como requerido pela sentença, se a avaliação de mais de uma das circunstâncias foi negativa. Neste sentido:

TJAP: *"Somente quando todos os parâmetros norteadores do art. 59 favorecem o acusado é que a pena-base deve ser estabelecida no seu menor quantitativo, de sorte que deverá residir acima deste, toda vez que pelo menos uma das circunstâncias judiciais militar em seu desfavor" (RT 767/620).*

Uma vez que a valoração das demais circunstâncias judiciais foi negativa, o afastamento da pena-base do mínimo legal restou devidamente fundamentado pelo juiz do primeiro grau.

134



A defesa sustenta, ainda, que a sentença profligada, ao dosar a pena do apelante, fez incidir apenas a majoração relativa às qualificadoras previstas nos incisos I e II do § 2º do art. 157 do Código Penal, desprezando a atenuante da confissão espontânea em razão da preponderância daquelas (qualificadoras) sobre a referida atenuante.

Ocorre que, da leitura da sentença sob crítica, constata-se que em nenhum momento o juiz sentenciante fez referência à preponderância alegada pela defesa.

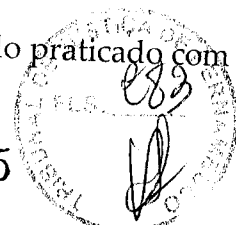
Ao efetuar a dosimetria da pena, o magistrado monocrático reduziu a pena-base em 6 (seis) meses em face de militar em favor do réu a atenuante prevista no art. 65, III, "a", do Código Penal.

À toda evidência, constata-se que sentença incorreu tão somente em erro material, a uma, em razão da conduta ilícita do réu não guardar nenhuma relação com a atenuante inculpada no citado dispositivo legal, visto que o crime não foi cometido para proteger a honra, liberdade individual, pátria ou outro bem jurídico socialmente relevante. A duas, em virtude de se constatar que o apelante confessou espontaneamente o crime a ele imputado. Logo, verifica-se que a redução da pena-base em 6 (seis) meses se configurou em face da incidência da atenuante da confissão espontânea, nos moldes do art. 65, III, "d", do Código Penal, pelo que se impõe a correção da sentença neste ponto.

Em seguida, a pena foi aumentada pela metade em razão do magistrado sentenciante haver reputado a incidência das qualificadoras gizadas no art.

157, § 2º, incisos I e II, do Diploma Punitivo, em face do roubo haver sido praticado com emprego de arma e mediante o concurso de duas ou mais pessoas.

135



Não há, portanto, qualquer reparo a ser feito na dosimetria da reprimenda atribuída ao apelante, uma vez que o juiz *a quo* calculou a pena com fiel obediência ao método trifásico estatuído no art. 68 do Código Penal.

À vista do exposto, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, na esteira da manifestação ministerial, **voto pelo improvimento do recurso de apelação, com o fito de manter a sentença vergastada em todos os seus termos, determinando, outrossim, a correção da decisão em testilha, em face da constatação de erro material à fl. 228, a fim de constar na sentença que a redução da pena-base em 6 (seis) meses se verificou em face da incidência da circunstância atenuante prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal.**

É COMO VOTO.

Recife, 16 de setembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator